



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 9 de maio de 2013

A CRITICA Incêndio destrói depósito da Moto Honda em Manaus VEICULAÇÃO LOCAL	1
AMAZONAS EM TEMPO Cigás vai retomar projeto para atender PIM com gás VEICULAÇÃO LOCAL	2
AMAZONAS EM TEMPO Incêndio destrói galpão da Honda, no Distrito Industrial VEICULAÇÃO LOCAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Para Calabi, novo ICMS 'destrói' competitividade VEICULAÇÃO NACIONAL	4
VALOR ECONÔMICO Governo se desilude com o rumo da reforma do ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	5
ZERO HORA Reforma deturpada VEICULAÇÃO NACIONAL	7
BLOG DA FLORESTA Deputados e vereadores debatem sobre um novo modelo de desenvolvimento para o Amazonas VEICULAÇÃO NACIONAL	8
BLOG DA FLORESTA Proposta da Comissão que analisa ICMS da cesta básica poderá ser entregue semana que vem a Governador VEICULAÇÃO NACIONAL	9
BLOG DA FLORESTA Cigás prepara ampliação para levar gás natural a mais 30 empresas do Polo Industrial de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	10
BLOG DA FLORESTA Impasse põe em risco manutenção de 12% para ZFM VEICULAÇÃO NACIONAL	12

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Incêndio destrói depósito da Moto Honda em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Funcionários da Moto Honda disponibilizaram um vídeo para o capitão Muniz, do Corpo de Bombeiros, no qual um dos funcionários aparece em uma empilhadeira elétrica próximo de uma pilha de papelão

Um incêndio foi registrado na noite de quarta-feira (8), em um dos galpões da empresa Moto Honda Componentes da **Amazônia**, localizada na Zona Sul de **Manaus**. O fogo se alastrou no galpão Jutai em uma área total de 1.600 m². Doze viaturas do Corpo de Bombeiros foram acionadas e conseguiram controlar o fogo por volta das 2h. Ninguém ficou ferido durante o incidente.

De acordo com a assessoria de imprensa dos bombeiros, aproximadamente 32 homens foram deslocados até o local para atuar no controle do fogo, por volta das 23h12.

O capitão Muniz coordenou a ação e uma equipe esteve na empresa realizando o rescaldo do incêndio. O galpão era utilizado como depósito de materiais inflamáveis, como papel e papelão.

Ainda não se sabe quais foram as causas do incêndio. Funcionários da Moto Honda disponibilizaram um vídeo para o capitão Muniz, no qual um dos funcionários aparece em uma empilhadeira elétrica próximo de uma pilha de papelão. De acordo com o capitão, a bateria do equipamento pode ter causado o fogo no atrito com o material. Os funcionários da empresa foram liberados, devido ao risco de outros galpões serem atingidos pelo fogo.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Cigás vai retomar projeto para atender <u>PIM</u> com gás		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

O processo de licitação dos dois editais para a construção do gasoduto, que vai expandir a rede de abastecimento de gás natural para 32 empresas do Distrito Industrial I, deve ser concluído em agosto deste ano. Ao final do processo licitatório, a expectativa da Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) é de que as obras sejam iniciadas em setembro desse ano, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2014.

A previsão inicial era de que as obras fossem iniciadas em junho, mas de acordo com o diretor-técnico comercial da Cigás, Clóvis Corrêa Junior, atrasos no processo de licitação comprometeram a previsão feita anteriormente pela companhia.

“Algumas licitações feitas no início do processo não deram certo e, diante desses entraves, houve o atraso. Entretanto, o adiamento do início das obras não deve afetar nosso prazo de entrega”, garantiu o dirigente.

Conforme a Companhia, as licitações em andamento têm a função de escolher as empresas que ficarão responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização das obras que compreendem a construção de 28 quilômetros de novas tubulações a partir do ramal do Mauá, na avenida Solimões, no bairro do Mauazinho, Zona Leste da cidade.

Para ampliar a rede serão investidos R\$ 40 milhões, sendo R\$ 36,7 milhões destinados ao pagamento de serviços e R\$ 13,5 milhões para materiais. Segundo a Cigás, os tubos de aço carbono que será utilizado no empreendimento já foram adquiridos por R\$ 4,2 milhões e a compra das primeiras 18 Estações de Medição e Regulagem de Pressão (EMRP's), necessárias para o recebimento do combustível nas indústrias, também já foi concluída. Outros processos de aquisição de materiais aguardam trâmites burocráticos.

Com as obras, Corrêa Junior prevê uma economia média de até 40% para as fábricas que optarem pelo abastecimento com o combustível, sendo o principal ganho para empresas que utilizam atualmente o gás de cozinha (GLP) como matriz energética.

“Também há outras vantagens. O gás natural não precisa ser estocado e, ao contrário de outros combustíveis, é mais seguro em caso de vazamentos. Além disso, o combustível facilita a vida do empresário, já que o pagamento pela sua utilização é feito após o uso e não antecipadamente, como ocorre hoje”, destacou o diretor técnico.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Incêndio destrói galpão da Honda, no <u>Distrito Industrial</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Um incêndio de grandes proporções atingiu, ao final da noite desta quarta-feira (8), um dos galpões da Honda Componentes da Amazônia, no Distrito Industrial de Manaus, na Zona Sul, destruindo uma área de 1.600 m².

O sinistro, segundo funcionários, começou por volta de 23h e precisou de 12 viaturas do Corpo de Bombeiros, incluindo uma jumenta (carro-pipa), para ser completamente controlado, por volta de 2h da madrugada desta quinta-feira (9). Ninguém saiu ferido.

As chamadas foram percebidas pela equipe de vigilância da fábrica, que acionou a equipe de brigadistas da própria empresa, porém, como não foi suficiente para controlar as chamadas, chamaram os bombeiros do Estado.

Segundo o tenente João Filho, da comunicação do Corpo de Bombeiros, havia muito material inflamável no local, que servia de depósito para plásticos e papelão, daí a dificuldade em controlar o fogo.

Homens da corporação ficaram no local durante toda a madrugada para fazer o rescaldo.

Em nota, a Moto Honda afirmou que "causas do incêndio ainda são desconhecidas e serão investigadas pela empresa e autoridades competentes".

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Para Calabi, novo ICMS 'destrói' competitividade		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Lu Aiko Otta/Brasília

O poder de fogo das empresas brasileiras foi o grande derrotado na votação da reforma do **ICMS** na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, avaliou o secretário de Fazenda de São Paulo, **Andrea Calabi**. "O estabelecimento de uma alíquota de 12% é um escândalo, é chocante do ponto de vista da competitividade", afirmou. "Tudo caminha para desconstrução da competitividade."

Para o secretário, o estabelecimento dessa alíquota representa a elevação de um custo básico da economia. "É como se subisse a energia elétrica, o aço", comparou. Para piorar o quadro, as decisões de terça-feira tornaram a tributação brasileira mais complexa. "A decisão agrava o quadro de um sistema de tributos estaduais que é uma confusão insuportável do ponto de vista de decisão de investimentos."

Pela proposta aprovada na CAE, no lugar da alíquota única de 4%, que era a proposta inicial, ficaram três alíquotas diferentes: de 12% para a **Zona Franca** de **Manaus** e nove

áreas de livre **comércio** da **Amazônia**, de 7% para as regiões Norte, Nordeste a Centro-Oeste, mais o Espírito Santo, e de 4% para as regiões Sul e Sudeste. "A guerra fiscal vai continuar a todo o vapor, seguirá de vento em popa", afirmou Calabi.

Ou seja, os objetivos centrais da reforma, que eram simplificar a legislação e eliminar a concorrência desleal entre os Estados, foram derrotados. De quebra, o texto aprovado na terça-feira trouxe ainda a taxa de 12% do gás natural, outro custo adicional para o setor produtivo.

Infraestrutura. As novas regras, que ainda precisam passar pelo plenário do Senado, beneficiam áreas de livre **comércio** localizadas em regiões onde a logística é precária. "É um custo enorme para trazer a **mercadoria**", ponderou. Na opinião dele, dado o custo envolvido o governo poderia ter programas de **desenvolvimento regional** mais efetivos.

As perdas na arrecadação de São Paulo, que foram estimadas em R\$ 3,8 bilhões ao ano, agora precisarão ser recalculadas. Isso porque os senadores incluíram também o **comércio** no novo sistema tributário, e as contas feitas por São Paulo consideravam apenas a indústria.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo se desilude com o rumo da reforma do <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Descontente e desiludida com o rumo que a reforma do ICMS tomou no Congresso, a presidente Dilma Rousseff deixará a cargo dos governadores o andamento das negociações. Se o Congresso aprovar pontos dos quais o governo discorda, Dilma vetará a criação do fundo de compensação aos Estados pelas perdas com as mudanças e do fundo de desenvolvimento regional, revelou funcionário do governo. Isso travará a reforma.

A presidente acredita que, da forma que algumas questões estão sendo encaminhadas, a reforma do tributo realmente não valerá a pena. O governo aguarda que os governadores cheguem a um acordo para simplificar o ICMS e que possa ser bancado pelo Tesouro.

Ribamar Oliveira

A reforma do ICMS foi para a UTI

A presidente Dilma Rousseff só recebeu, até agora, dois governadores para conversar sobre a proposta de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que está sendo discutida no Senado. Os dois, por razões diferentes, falaram contra a reforma e disseram que, da maneira como as coisas estão sendo encaminhadas, é melhor deixar o ICMS como está. O primeiro deles foi o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB. O outro foi o governador do Ceará, Cid Gomes, do PSB.

O argumento básico apresentado por Alckmin é que o Governo Federal vai gastar quase meio trilhão de reais para compensar os Estados pelas perdas com uma reforma que tornará o ICMS mais complexo, mais burocratizado, mais distorcido e assimétrico, com grande potencial para desindustrializar o país.

O argumento principal utilizado por Gomes é que a presidente não precisa passar pelo desgaste desta reforma, que inevitavelmente prejudicará alguns Estados e beneficiará outros. Para ele, é preferível esperar o Supremo Tribunal Federal (STF) publicar a súmula vinculante sobre os benefícios estaduais concedidos com base no ICMS e, só depois, fazer os acordos entre os Estados de convalidação dos incentivos fiscais atuais.

Governo não aceita seis pontos que estão sendo impostos

É importante lembrar que as negociações em torno da reforma do ICMS foram intensificadas depois que o Supremo anunciou que baixará uma súmula vinculante, declarando inconstitucional todo incentivo concedido pelos Estados com base no tributo, sem prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Depois dessa súmula, a decisão sobre ação que questione incentivo concedido por um determinado Estado será monocrática, ou seja, será um mero despacho de cada ministro do STF. Não haverá necessidade mais de julgamento de mérito. Assim, cairão todos os atuais incentivos fiscais estaduais.

Até agora, a presidente Dilma Rousseff não recebeu apoio de nenhum governador para a reforma, embora alguns deles tenham se mobilizado para defender interesses específicos em torno das mudanças no ICMS. Vários chegaram a comparecer pessoalmente às sessões deliberativas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde uma proposta de reforma foi aprovada.

A presidente não está satisfeita com o resultado das negociações realizadas no Congresso, revelou um importante funcionário do governo. Acredita que da forma que algumas questões estão sendo encaminhadas, a reforma realmente não valerá a pena e, por isso, não fará sentido repassar uma conta bilionária para o Tesouro Nacional.

O governo não aceita pelo menos seis pontos que estão sendo colocados pelos parlamentares. O primeiro deles é a criação, por meio de emenda constitucional (PEC), do fundo de compensação para as perdas com a reforma. A constitucionalização desse fundo foi uma exigência feita, principalmente, pelos governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A PEC foi apresentada pelo relator da Medida Provisória 599, senador Walter Pinheiro (PT-BA), na terça-feira passada. "O governo não aceita essa PEC de jeito nenhum", disse uma fonte. "Não tem negociação."

Em seu parecer sobre a MP 599, Pinheiro criou mais quatro áreas de livre comércio (ALC), nos municípios de Santarém e Barcarena, no Pará, e em Estreito e Grajaú, no Maranhão. O governo teme que parlamentares façam

emendas ao substitutivo de Pinheiro, criando outras ALC. "Somos contra a proliferação dessas áreas, que criam verdadeiras cidades duty free", disse uma fonte.

A área econômica também não concorda com a elevação de 25% para 50% dos recursos do Fundo de **Desenvolvimento Regional** (FDR) que serão cobertos com verbas orçamentárias, conforme propôs o relator da MP 599.

A proposta de reforma do **ICMS** aprovada pela CAE estendeu a alíquota interestadual de 7% para as operações comerciais e de serviço dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O governo aceitou que essa alíquota fosse aplicada apenas aos produtos industriais e agropecuários provenientes dessas três regiões. "Eles [os parlamentares] ultrapassaram o que tinha sido longamente negociado", disse uma fonte.

Outra preocupação do governo é com o projeto de lei complementar que muda o indexador das dívidas dos Estados e municípios e reduz para três quintos o quórum do Confaz para deliberações sobre incentivos fiscais. Esse projeto faz parte do chamado "pacote" da reforma do **ICMS**. O relator do projeto, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), propôs uma fórmula que resulta em forte desconto das dívidas estaduais e redução do fluxo de pagamento ao Tesouro.

O governo alega que não tem condições de aceitar a redução do comprometimento da receita líquida real com o pagamento dos encargos das dívidas por parte dos Estados,

por causa do compromisso com a obtenção da meta de superávit primário.

Nas negociações empreendidas sobre essa questão, o governo disse que o máximo a que pode chegar é conceder um desconto para aqueles Estados e municípios que possuem saldo de suas dívidas superior àquele que seria registrado se os débitos fossem corrigidos pela Selic desde a data da assinatura do contrato. Nesses casos estariam apenas alguns Estados que pagam atualmente IGP-DI mais 7,5% de juros ao ano e a prefeitura de São Paulo, que paga IGP-DI mais juros de 9% ao ano. O governo alega que não pode fugir disso, pois o seu custo de captação é dado pela Selic. Algo diferente disso seria subsídio puro e simples.

Finalmente, o parecer de Cunha convalida todos os atuais incentivos fiscais pelo prazo de 20 anos. A proposta do governo é que os termos dessa convalidação sejam discutidos pelo Confaz. Por isso, propôs a redução do quórum de deliberação do Conselho apenas para essa questão. Mas o governo não aceita que todos os investimentos realizados com incentivos continuem a ter direito a alíquotas interestaduais de **ICMS** de 7% e 12%.

Por todas essas questões, a presidente Dilma Rousseff não voltará a tratar da reforma do **ICMS**. Acha que "a bola está com os governadores". Deve partir deles, disse uma fonte, a iniciativa de chegar a um acordo que possa ser apoiado pelo governo e bancado pelo Tesouro.

	VEÍCULO ZERO HORA	EDITORIA	
	TÍTULO Reforma deturpada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mais uma vez, depois de frustradas as expectativas de uma reforma tributária ampla e modernizante, o país está na iminência de não conseguir levar adiante nem mesmo as mudanças no Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, mantendo uma guerra fiscal que vem levando à exaustão as receitas de muitos Estados. A nova versão da proposta, aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, favorece de tal forma Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em detrimento do Sul e Sudeste, que corre o risco de perder o apoio do Executivo. O problema é que, ao favorecer regiões menos industrializadas o que em princípio seria aceitável dentro de limites do bom senso, a questão assumiu contornos políticos muito fortes. Como não há interesse do Planalto em se indispor com áreas consideradas vitais para a disputa à reeleição da presidente Dilma Rousseff, o desfecho é imprevisível.

Entre os pontos mais controversos da proposta que, agora, precisaria ser consertada no plenário, está a ampliação do alcance da alíquota de 7% de produtos oriundos de Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais Espírito Santo, inicialmente prevista apenas para produtos industrializados e agropecuários. A extensão para **comércio** e serviços deixa ainda mais em desvantagem as demais regiões, nas quais o percentual será de 4%. Minoritários na CAE, Estados do Sul e Sudeste tampouco conseguiram reduzir, como

pretendiam, a alíquota interestadual de 12% para 7% na **Zona Franca** de **Manaus**, o que aumenta o temor de perda de indústrias. E saíram derrotados também na votação do **ICMS** sobre gás **importado**, confirmando a impressão de que o quadro, já ruim, ficou pior ainda.

Antes das deformações impostas ao projeto, o **Governo Federal** previa a necessidade de R\$ 450 bilhões só para compensar perdas dos Estados com mudanças nessa área. Por isso, um dos desafios do Planalto, a partir de agora, será o de avaliar se vale a pena canalizar tanto dinheiro para um projeto que tende a acirrar ainda mais as diferenças e a insatisfação entre os Estados. Sem esse fundo, a reforma fica inviabilizada.

A decisão tomada pela comissão do Senado mostrou também que o parlamento age por motivação eleitoreira – o que comprova o quanto seria perigoso submeter decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) às conveniências políticas do Congresso, como propõe o polêmico projeto do deputado Nazareno Fonteles (PT-PI). Os Estados prejudicados não podem se conformar com as mudanças no projeto do **ICMS** aprovadas em Comissão do Senado, que tendem a acirrar e a perpetuar a guerra fiscal.

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Deputados e vereadores debatem sobre um novo modelo de <u>desenvolvimento para o Amazonas</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Depois de que a **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** venceu a primeira batalha no Senado para manter alíquota do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) em 12% na sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, os parlamentares da Câmara Municipal de **Manaus** (CMM) e da Assembleia Legislativa novamente colocaram a necessidade de um debate urgente para a construção de um novo modelo de **desenvolvimento** para o **Amazonas** com todas as forças políticas do **Amazonas**, poder executivo, o legislativo, os empresários e os representantes dos trabalhadores e da sociedade civil.

Para a vereadora Rosi Matos (PT) a Presidente do **Brasil** Dilma Rousseff (PT) já tinha dado as garantias de preservação da **ZFM** na votação do Projeto de Resolução do Senado a equipe liderada pelo Governador Omar Aziz defendeu juntos aos 27 senadores da CAE, mas o que ficou claro foi a exibição de duas horas de alguns senadores do sudeste e do sul que desconhecem e temem o **desenvolvimento** do estado do **Amazonas**.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de **Manaus** (CMM), vereador Prof. Samuel (PPS), avaliou que o **Amazonas** precisa criar alternativas de **desenvolvimento** econômico para não depender exclusivamente da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**. Samuel se referiu à votação de hoje no Senado que discutiu a unificação do Imposto Sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) nos estados brasileiros.

“Nós temos um grande problema: sempre ficar com o pires nas mãos, sempre protegendo aquela vela que pode se apagar. Com 46 anos, a **Zona Franca** ainda continua sendo a única alternativa econômica de sobrevivência do Estado.

Nossa economia depende 98% das fábricas do Polo Industrial. Isso é muito preocupante”, disse o vereador.

Para o deputado José Ricardo (PT) o Governo do Estado deve agir com rapidez e repensar qual o modelo econômico que o Estado necessita. “Temos que pensar em alternativas, caso tenhamos surpresas nas próximas votações ou até mesmo com proposta de novas regras. Precisamos aproveitar as oportunidades oferecidas com a presidenta Dilma, que se dispõe em alocar investimentos logísticos para o **Amazonas**, nossos grandes gargalos, como a questão dos portos, aeroportos, transporte de um modo geral, comunicação e energia, principalmente, nos municípios do interior”, comentou.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da ALE, deputado Adjunto Afonso afirmou ao BLOGdaFLORESTA ser preciso criar novas alternativas, mas o atual modelo precisar ainda ao menos mais 50 anos. “O modelo deve ser preservado para os próximos 40 ou 50 para o **Amazonas** encontrar e aplicar um novo modelo”, diz.

Afonso aponto que o extrativismo sustentável, a piscicultura e ainda mais investimentos em segmentos do setor primário é a saída para superar o modelo **Zona Franca** de **Manaus**.

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Proposta da Comissão que analisa <u>ICMS</u> da cesta básica poderá ser entregue semana que vem a Governador		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O BLOGdaFLORESTA conversou nesta quarta-feira (8) com alguns deputados estaduais sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Especial que analisa a possível exoneração do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a cesta básica.

O deputado, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da ALE, Marcos Rotta (PMDB), explicou que os trabalhos por parte da comissão especial estão concluídos. "Agora depende do Governador e da Secretaria de Fazenda já fizemos nossa parte", disse.

A deputada Conceição Sampaio (PP) afirmou que a comissão concluiu o trabalho e disse que o deputado Marcelo Ramos (PSB) em nome da comissão pediu ao líder do governo, Sinésio Campos (PT) e ao presidente Josué Neto (PSD) uma reunião com o Governador Omar Aziz. "Nossos trabalhos já

foram concluídos, precisamos agora passar ao governador, a proposta da comissão. Depois que entregarmos terá uma discussão por parte do governo com a Secretaria da Fazenda", relatou.

Sampaio explicou ainda que a proposta é um 'Programa de Adesão' para que seja possível a volta de 1% do ICMS, mas que para isso os atacadistas e varejistas deverão fazer a adesão ao programa.

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Cigás prepara ampliação para levar gás natural a mais 30 empresas do Polo Industrial de Manaus		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) vai dar a largada para uma nova fase de expansão da rede de distribuição de gás natural (GN) para atender a 30 empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Cerca de 28 quilômetros de novas tubulações serão construídos partindo do ramal do Mauá, na avenida Solimões, no bairro do Mauzinho, zona leste, para atendimento das fábricas até junho de 2014.

O setor industrial é a principal prioridade dentro do plano estratégico de expansão da Cigás para os próximos cinco anos. Com investimentos anuais em torno de R\$ 40 milhões, a meta é pelo menos dobrar o volume distribuído e se tornar a quarta maior companhia de gás em volume de vendas no país. “Estamos buscando consolidar nossa presença no setor industrial. Para o varejo, por exemplo, o gás não é viável porque exige um investimento alto e o retorno é baixo. Sem contar que nem para as próprias lojas é uma vantagem”, frisou o presidente da Cigás, Lino Chixaro.

No setor energético da capital, a Companhia tem presença forte e alcança 60% do mercado de geração de eletricidade, fornecendo 2,8 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia para abastecer sete usinas térmicas. Aplicado na mudança da matriz energética, o gás natural é um combustível mais econômico, com redução de custos de 40%, em média.

A tabela de preços do GN para a indústria foi estabelecida em janeiro de 2010 e varia conforme a faixa de consumo. O preço do metro cúbico vai de R\$ 1,24 a R\$ 1,74, já incluindo impostos. A tarifa do GNV é de R\$ 1,24, somando os impostos, com pagamento a vista.

Dez empresas do PIM são atendidas, com fornecimento diário de 80 mil metros cúbicos de gás. Nos últimos meses, sete empresas selaram acordo para integrar a rede de consumidores. A prospecção de novas empresas segue o traçado dos dutos da Cigás. “O gás é um insumo bem mais barato em relação aos outros combustíveis fósseis, além do apelo ambiental. Em um polo industrial, é importante porque reduz custos e ajuda a aumentar a competitividade das empresas”, pontuou o presidente da Cigás, ressaltando que

para levar o produto às empresas, a Cigás arca com todos os custos do investimento.

A rede de tubulações do gasoduto é de 48 quilômetros e compreende as avenidas Torquato Tapajós, Constantino Nery, Coronel Teixeira, Jacira Reis, além da BR-174 e da AM-010. A comercialização anual alcançou ano passado um volume médio de 2,8 milhões de m³/dia.

Em 2012, a ampliação da rede beneficiou sete novos clientes, entre fábricas de bebidas e eletroeletrônico. No mesmo período, a Cigás também ampliou a base de fornecimento do Gás Natural Veicular (GNV) para um novo posto de combustível na avenida Torquato Tapajós, um novo shopping center na Ponta Negra, zona oeste de Manaus, e uma empresa de Gás Natural Comprimido (GNC).

Segundo Lino Chixaro, a partir de 2013, um dos focos da Cigás é alcançar os grandes condomínios da cidade. “Para isso, é preciso haver mudanças na legislação, no plano diretor”, disse.

Gás Natural Veicular - Para aumentar o número de consumidores do GNV, a Cigás está trabalhando na reestruturação do fornecimento do produto nos postos de combustível de Manaus e está finalizando negociações para incorporar mais dois postos de combustíveis à rede de abastecimento dos veículos.

“Estamos em contato com duas redes de postos e trabalhando paralelamente. Temos que chegar até o final do ano com seis postos fornecendo o gás natural, o que vai tornar o produto mais acessível. Vamos inaugurar no próximo mês o posto na estrada do aeroporto e, até o final do ano, um na zona leste da cidade. O gás obedece às regras de mercado. A gente induz, mas não adianta muito ter postos se não tem carros”, ressaltou Chixaro.

Em Manaus, o GNV é fornecido em dois postos, um na zona sul (Bola da Suframa) e na zona centro-sul (avenida Constantino Nery). A rede será acrescida dos postos na entrada do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e outro na avenida Torquato Tapajós. Para aumentar o consumo do produto, a companhia planeja o lançamento de uma

campanha de incentivo à conversão para usar o gás, ressaltando as vantagens econômicas e a segurança.

“Atualmente não só os taxistas, mas qualquer motorista que tenha seu carro convertido pode fazer uso do GNV. Os custos para a conversão já caíram de R\$ 5 mil para cerca de R\$ 3 mil, e vai baratear ainda mais quando os novos postos forem inaugurados”, reforçou o presidente da Cigás.

Em paralelo, a companhia negocia com a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) a criação de um programa de incentivos para o uso do produto pelos motoristas, com a concessão de descontos no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA) ou isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição dos equipamentos de conversão.

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Impasse põe em risco manutenção de 12% para <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O deputado estadual Sidney Leite (DEM) afirmou que a manutenção dos 12% da alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na venda dos produtos da Zona Franca de Manaus (ZFM) enfrentará dificuldades caso não se chegue a um consenso quanto às mudanças nas regras deste tributo. Em seu discurso no plenário da Assembleia Legislativa, nesta quarta-feira (8), o parlamentar destacou que, neste momento, a “vitória da ZFM” não pode ser atribuída a “A” ou “B” e frisou que é necessário que o Estado se aprofunde em outros modelos alternativos de desenvolvimento econômico.

Leite classificou como preocupante as declarações do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que afirmou que o Governo Federal vai avaliar se mantém os fundos bancados pela União para compensar os Estados pelas perdas de arrecadação do ICMS, causada pela diminuição na alíquota do tributo nas operações interestaduais. Sem esses fundos, na prática, a reforma do ICMS ficaria inviabilizada. “Não sou daqueles que veem essa luta como um embate, mas é preocupante afirmar que se

houverem mudanças nas propostas vai faltar recurso para o fundo de compensação”.

Para o parlamentar, caso esse impasse continue, o Amazonas terá dificuldade de levar adiante aquilo que efetivamente interessa a ZFM, que é a manutenção dos 12% do ICMS, em relação aos 4% e 7%, que vêm sendo discutidos. Leite ressaltou, ainda, que é importante para o Estado avaliar e se aprofundar em outros modelos de desenvolvimento econômico, seja na questão mineral, manejo floresta, setor primário de um modo geral e polo naval. “O Amazonas não pode viver dependendo da ZFM, que traz inúmeras receitas, mas que precisam ser transformadas em investimentos para melhorar a qualidade de vida, principalmente, daqueles que estão no interior”. A discussão sobre a reforma tributária, na opinião do deputado, já deveria ter sido feita há tempos. “É necessário que façamos uma reflexão mais profunda”, afirmou.